



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682199 - SP (2021/0231493-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AMORIM PRINCIPESSA - SP271727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODOLFO FIRMO OLIVEIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODOLFO FIRMO OLIVEIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1503987-21.2017.8.26.0536).

O paciente foi condenado à pena privativa de liberdade de 5 anos, reclusão, em regime inicial fechado, e 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado HC na origem visando a redução da pena aplicada e nulidade processual, o tribunal denegou a ordem (fls. 208-237).

Nesta via, a defesa alega que, em relação à dosimetria, o paciente sofre nítido constrangimento ilegal, uma vez que a decisão exasperou a pena sem o emprego de fundamentação idônea, afrontando, de tal modo, dispositivo ordinária (art. 59, do CP).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para reconhecer a nulidade dos atos processuais em razão da invasão domiciliar; fixar a pena base no mínimo legal; aplicar o redutor em seu patamar máximo e fixar regime inicial diverso do fechado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência